



O PAPEL DAS PRAÇAS PÚBLICAS: ESTUDO DE CASO DA PRAÇA RAPOSO TAVARES NA CIDADE DE MARINGÁ

Sandra Carbonera Yokoo PG, Geografia, UEM sandracarbonera@ibest.com.br
Cláudia Chies, PG, Geografia, UEM, claudiachies@hotmail.com

1. Introdução

Ao argüir sobre a temática “praças” não se pode perder de vista o enfoque da espacialidade a qual as praças também estão inseridas, bem como, da nova conotação que esta representa nos dias de hoje, tendo como um dos principais agentes as novas relações sociais.

No entendimento de Santos (1997), “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.” (SANTOS, 1997, p. 51)”.

Para tanto, no momento de se organizar os espaços e planejar uma estrutura urbana nota-se que as praças são verdadeiros elos entre os diversos espaços criados, de modo que as praças tinham como conotação a noção de “espaços” em que se vivenciava a infância, a adolescência... como nos relata o autor De Angelis (2000, p.2), “qualquer um de nós tem, remotas que sejam, lembranças de uma praça onde, na infância, o balanço, a gangorra ou o escorregador faziam parte do universo da criança. ”

As praças, pois, são espaços livres, haja vista, nos dias de hoje serem vistas pela maioria das pessoas como espaços abandonados, de mendicância, ponto de drogas, e até mesmo de prostituição, restando para pequena parcela da sociedade alternativas de lazer, meditação, dentre outras atribuições relativas a este setor público que pertence a toda sociedade.

De acordo com Santos (1997, p. 51), “o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes”.

As praças são uma forma de paisagem, seja esta bem vista pela sociedade ou não. Paisagem que com o passar do tempo foi transformada pela natureza humana, ou mesmo esquecida por ela. Assim, “Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas que a vida anima” (SANTOS, 1997, p. 83).



Ainda de acordo com o referido Geógrafo, “a palavra paisagem é freqüentemente utilizada em vez da expressão configuração territorial. Esta é um conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área.” (SANTOS, 1997, p. 83).

Assim sendo, as praças estão inseridas neste contexto, em que a paisagem deve ser valorizada e seus espaços bem estruturados e planejados. Caso contrário esses espaços, nesse caso, as praças, acabarão se tornando basicamente uma mercadoria, como aponta o geógrafo Santos: “o espaço uno e múltiplo, por suas diversas parcelas, e através do seu uso, é um conjunto de mercadorias, cujo valor individual é função do valor que a sociedade, em um dado momento, atribui a cada pedaço de matéria, isto é, cada fração da paisagem.” (SANTOS, 1997, p. 83).

Silva (1991) faz o seguinte comentário relacionado à questão espacial:

O espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente, e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é então um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual (SILVA, 1991, p. 13).

2. Definições das praças e suas funções ao longo do tempo

Para entender os diversos significados das praças, desde sua origem, até os dias de hoje, faz-se necessário entender as praças no contexto de alguns autores.

De acordo com Rigotti, (1965, apud DE ANGELIS et al, 2005, p. 2) “as praças são locais onde as pessoas se reúnem para fins comerciais, políticos, sociais ou religiosos, ou ainda, onde se desenvolvem atividades entretenimento.”

Ardoroso defensor da arte nas praças, Sitte (1992, p.25, apud DE ANGELIS et al, 2005, p.2) escreve que nelas “[...] Concentrava-se o movimento, tinham lugar as festas públicas, organizava-se as cerimônias oficiais, anunciavam-se as leis, e se realizava todo tipo de eventos semelhantes.”

Todavia “a praça é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações da vida urbana e comunitária e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas (LAMAS apud DE ANGELIS, 2005, p.2)”.

No contexto urbano, as praças compostas em sua maioria por espécies das mais variadas e sendo esses organismos vivos e como tal, passível de transformação que, como qualquer organismo com o passar dos anos se altera e se não for cuidado se deteriora.



Orlandi, (1994, apud DE ANGELIS et al, 2005, p.2) se refere às praças ainda como:

Um nó formal que melhor representa a qualidade do espaço urbano, a praça constitui, por si só, um sucesso a atestar os valores sociais alcançados pela comunidade, que soube dar o justo valor às funções institucionais na organização civil.

Se para alguns autores, as praças exprimem locais de bate papo, reencontro, para outros podem significar trocas de experiências, lazer, meditação, ou ainda: “lugar fundamental da vida social, espaço de encontro, de trocas de palavras e mercadorias” (DE ANGELIS et al, 2005, p.2). Segundo Casseti e Lietti (apud DE ANGELIS, 1995, p.2), é considerada, desde sempre, “como o âmbito da visibilidade, onde aparecer significa existir na qualidade de ator social”.

As manifestações artísticas e culturais de um povo são expressas nas idéias e ideais do projetista que ao projetar uma praça ou até mesmo um jardim, expõe de forma clara e concisa os modismos e atualidades de uma época e de um povo. Os valores também são expressos nos traços culturais contidos nesses espaços públicos, que foram se alterando nos anos e no tempo. Muitos dos valores resistiram, outros modificaram e outros até se perderam.

De forma bastante concisa, Spirn (1995, apud DE ANGELIS et al, 2005, p.2), exprime bem o caráter das praças: “lugares para ver e ser visto, para comprar e fazer negócios, para passear e fazer política”. A autora Zuliane (1995, apud DE ANGELIS et al, 2005, p.2) “entende a praça como o lugar privilegiado e tradicional de trocas, ponto de convergências de ruas e teatro de todas as forças sociais, eixo de cada movimento”.

Por último, os autores Robba e Macedo (2002, apud DE ANGELIS et al, 2005, p.2) contextualizam: “mesmo havendo divergências entre os autores, todos concordam em conceituá-la como um espaço público e urbano, celebrada como um espaço de convivência e lazer dos habitantes urbanos.”

Esses espaços se alteraram no decorrer do tempo histórico, conforme o autor De Angelis nos atesta, relativo as praças, pois: “na Antigüidade, sua função era bem mais rica de significado, não se limitando a lugar de cruzamento das vias públicas, estacionamentos para automóveis ou de ponto para comércio de mercadorias as mais diversas (DE ANGELIS et al, 2005, p.2-3)”.

“Do símbolo de liberdade (a ágora ateniense era o lugar onde, não só era possível fazer reuniões, mas também onde cada um podia dar sua opinião) ao símbolo de poder - o fórum romano era o local de comércio e de política popular (DE ANGELIS et al 2005, p. 3)”.



As praças em sua maioria, no entanto, se reduziram a espaços verdes, sem representatividade de convívio social para a maioria das pessoas que passam por ela, e conseqüentemente pelo descaso do poder público em reativá-la como sendo espaços de lazer, diversão, datas festivas, dentre outras conotações. Tal perda de representatividade social deu-se especialmente com o advento do capitalismo, ou seja, a partir das grandes navegações. De Angelis (2005) faz o seguinte comentário:

A partir do momento em que as estruturas logísticas dos mercados, a troca de informação e a própria informatização, aliados ao processo de globalização" [...] "distanciaram-se da dimensão comunitária da coletividade, e se aproximaram do privado na sua dimensão familiar, se não, ao seu isolamento individual (DE ANGELIS et al, 2005, p.3).

No século XVIII com o advento da Revolução Industrial, abre caminho às transformações sociais, políticas e econômicas, muda usos e costumes, lazer e muda o cotidiano da humanidade. As pessoas não têm mais o tempo para a contemplação, para o bate-papo. O trabalho assalariado exige delas dedicação, horários, e, isso faz com que novas necessidades surjam em suas vidas, exigindo dos espaços públicos adequação, novas instalações e infra-estruturas. No século XX acontece no Brasil à consolidação da atividade paisagística, uma vez que a população urbana cresce assustadoramente e as transformações sociais e urbanas são inevitáveis, repercutindo já no século XXI, nos espaços verdes, sobretudo nas praças, de forma negativa.

Com o desenvolvimento técnico-industrial, surgem outras formas mais sofisticadas de diversão como (aparelhos eletrônicos), equipamentos esportivos, playground, consumismo e até mesmo outras formas de valores ligadas à modernidade. Em detrimento, as praças cada vez mais perdem conotação na vida, o significado social, especialmente, dessa geração e talvez quem sabe, de gerações futuras como nos diz o autor De Angelis: "praça como espaço da memória histórica que forneceu tanto a moldura quanto o fundo para discursos políticos e culturais sobre a cidade como local de identidade, de tradição, de saber, de autenticidade, de continuidade e estabilidade (DE ANGELIS, 2005, p. 3)".

3. Maringá: sua história e suas praças.

A cidade de Maringá teve o seu povoamento iniciado por volta de 1938, porém as primeiras edificações foram erguidas no início dos anos 40, construções rústicas, de madeira e provisórias. A intenção era organizar um pólo para acolher a grande quantidade de migrantes que chegavam para esta nova terra, em caravanas procedentes de vários estados do Brasil, organizadas pela CMNP - Companhia Melhoramentos Norte do Paraná,



responsável pela compra e venda de terras, hospedagem de colonos e a negociação entre proprietários. No início tinha logradouros irregulares, sem infra-estrutura e escoamento, iluminação ou água corrente. Desta forma a cidade foi criada para ser um apoio aos que chegassem, era na verdade, uma pequena aldeia com elementos provisórios para o assentamento. Este centro pioneiro multiplicou suas funções, deixando de ser apenas uma área central para o desbravamento.

O arquiteto e urbanista Jorge de Macedo Vieira fora contratado pela CMNP, para elaborar o traçado da cidade e desta forma foi surgindo, na prancheta do arquiteto, um desenho arrojado e moderno que previa ruas retas e largas com canteiros centrais. Desse modo, Maringá foi traçada obedecendo a um plano urbanístico previamente estabelecido, suas ruas, praças e avenidas foram demarcadas considerando, ao máximo, as características topográficas da área escolhida, revelando preocupação no que se refere à proteção de áreas verdes e vegetação nativa.

Assim, em 10 de maio de 1947, nascia Maringá, como Distrito de Mandaguari. Em 1951 foi elevado a Município, com os distritos de Iguatemi, Floriano e Ivatuba. A comarca foi instalada em 1954 e hoje é sede de uma grande região que abrange cem municípios. Foi planejada para ser uma cidade de 200 mil habitantes, mas hoje este número é maior, sendo que a população ultrapassa 300 mil habitantes. Considerada como um grande centro de convergência econômica, seu sucesso deve-se, em grande parte, ao traçado urbanístico original que previa zona industrial, zona comercial e zonas residenciais. Jorge de Macedo Vieira e sua equipe planejaram uma cidade nos moldes de uma cidade ultramoderna, onde uma avenida principal, a Avenida Brasil atravessaria a cidade de ponta a ponta e os quarteirões rigorosamente planejados. Estes quarteirões formariam as diversas zonas, cada qual destinada a uma finalidade: residências destinadas à classe média, residências populares, zona industrial, centro cívico, aeroporto, estádio municipal, núcleo sociais, entre outras. O Centro Cívico seria composto da Prefeitura Municipal, Fórum, Biblioteca Municipal e Agência dos Correios e Telégrafos.

Preocupada com a questão ambiental que a derrubada fatalmente abalaria, a CIA solicitou no projeto três áreas ecológicas e que hoje formam um verdadeiro “pulmão verde”, sendo estas: o Horto Florestal (17,5 alqueires); Parque Ingá (19,5 alqueires) e Bosque Dois (25 alqueires de mata original), áreas que até hoje permanecem, porém sob condições de degradação e graves problemas de erosão. Muito elogiada pela sua arborização, Maringá possui uma das maiores concentrações de área verde, sendo 26,65 m/hab. São 90 alqueires de matas naturais, distribuídos por 17 bosques e milhões de árvores de espécies diversas. Um dos criadores do projeto paisagístico da cidade foi Luiz Teixeira Mendes,



contratado pelo CMNP, sendo profundo conhecedor de Botânica, além de um grande técnico em silvicultura, e seu primeiro passo foi à formação dos canteiros centrais. Desta maneira, desde o início, foi dada importância à arborização na cidade.

Segundo Silva Filho (2003, apud MILANO e DALCIN 2000) existem aspectos positivos das árvores nas cidades os quais podem ser mensurados, avaliados e monitorados, caracterizando benefícios, e, conseqüentemente objetivos que passam a serem estabelecidos no planejamento:

1. Estabilização e melhoria microclimáticas;
2. Redução da poluição atmosférica;
3. Diminuição da poluição sonora;
4. Melhoria estética das cidades;
5. Ação sobre a saúde humana;
6. Benefícios sociais, econômicos e políticos.

Outro nome importante na implantação da cidade foi o do Engenheiro Agrônomo Aníbal Bianchini da Rocha, que procurou seguir o plano paisagístico em consonância com o traçado original: para cada rua, avenida ou praça era escolhida uma espécie de árvore de tal maneira que Maringá é uma das poucas cidades do país a terem árvores floridas durante todo o ano. Assim, as árvores são um dos marcos da cidade que ao longo de sua história ganhou conotação de Cidade Verde.

Nos primeiros 12 anos da cidade (1947-1959) foram implantadas 5 praças: Napoleão Moreira da Silva, Nossa Senhora da Aparecida, São Benedito, Santo Antônio e Santa Isabel. Elas foram criadas para dar estrutura ao projeto e também com uma função social, uma vez que servia de local para encontros e festas religiosas com a construção de igrejas. Neste período também foram abertos 15 loteamentos sem que os mesmos tivessem a preocupação de preservar áreas verdes, iniciando desta forma, uma ocupação desordenada já neste momento. Mais tarde com a mudança de cultura do café para a soja e o trigo, houve modificação na estrutura da cidade e serão criadas áreas de periferia para a população de baixa renda e com este fato, Maringá perdeu um pouco da sua qualidade sofrendo, como diversas cidades brasileiras, as conseqüências de um crescimento rápido.

Sobre isto, comenta Leal (1991, apud ANGELIS, 2001): A conversão da lavoura cafeeira para a de soja e trigo, aliada à mecanização da terra, representará, no final das contas, uma inversão radical no contingente populacional de Maringá, passando o setor a contar com mais de 90% da população total do município, e o restante, com tendência de queda, residindo na zona rural. Haverá migração do campo para a cidade entre os anos de 1960 e 1973 e neste período as praças continuarão sendo implantadas, porém, com a



intenção de possibilitar a população local de lazer e encontros. Neste momento irá começar o aumento de áreas ocupadas na periferia com o aparecimento de loteamentos deficientes em relação à estrutura de asfalto, água e esgoto. Neste período foram implantados 26 loteamentos e 22 praças, entre elas, está a Praça Raposo Tavares - objeto do presente estudo.

A maioria dessas praças fazia parte do projeto inicial, e tinham o propósito de estruturar a cidade, mas as restantes foram construídas com a intenção de proporcionar lazer à população carente que reside longe do centro. Estas praças passaram a ser um ponto de encontros da população que mora na periferia da cidade, sendo, portanto um lazer de baixo custo, onde se tinha um coreto no centro, bancos e sombra vinda das árvores.

Da década de 70 em diante ocorreu a periferação, em razão das fortes geadas no Norte do Paraná atraindo grande parte destas pessoas expulsas do campo que procuram trabalho e moradia. “Com menos poder aquisitivo, esta população foi obrigada a se afastar do centro para adquirir seu terreno. Localizam-se na periferia, onde emergiam os loteamentos populares, com poucos e raros equipamentos” (MENDES, 1992 apud DE ANGELIS, 2005). É neste período que Maringá conhece sua maior expansão urbana: 28,60 km², contra 10,72 km² entre 1954 e 1963, 8,30 km² entre 1964 e 1973, e 7,10 km² entre 1954 e 1989 (MENDES e BENADUCE, 1990).

Com o êxodo rural, ocorreu à rápida corrida para as cidades, e assim, sem planejamento do espaço, os loteamentos surgiram nas periferias, e, com eles, alguns problemas aparecem. Sabe-se que a parte central das cidades sempre tem prioridade no que tange à manutenção de praças, jardins e parques. Normalmente costuma-se cuidar mais das áreas centrais, e sobre isto, De Angelis (2005) relata: “as praças localizadas no centro costumam receber maiores e melhores tratos, enquanto que as periféricas são relegadas, se não ao abandono completo, a um estado de penúria”. Nesta época são implantados 91 novos loteamentos e 15 praças, entre elas a famosa Praça da Catedral, hoje símbolo da cidade. A proporção das praças em relação aos loteamentos diminui e o plano original da cidade se perde com o tempo. Haverá ausência de áreas destinadas à implantação de praças e também a falta de interesse do poder público em criar espaços para o lazer.

De 1984 a 1997 houve o movimento de verticalização da cidade, e Mendes (1992, apud Angelis, 2005) quando se refere a esta fase de Maringá, relata: “haverá 3 períodos distintos dentro desse processo, tendo por início o ano de 1960 e estendendo-se até 1989. O primeiro período vai de 1960 a 1969, o segundo, de 1970 a 1979, e o terceiro, de 1980 a 1989”. Dentro deste levantamento histórico, pode-se concluir que Maringá não se



desenvolveu em torno de um núcleo de ocupação antiga, mas sim foi implantada com planejamento, tendo como vantagem o uso das técnicas atuais do urbanismo arrojado, uma vez que as etapas foram atropeladas, passando de mata virgem, para um traçado urbano com construções arrojadas.

Com o surgimento de novas alternativas de lazer, e novos locais para o estabelecimento do comércio, associado ao descaso persistente do poder público frente à manutenção das praças, estas passaram a constituir-se em um fragmento a mais dentro da malha urbana. Um exemplo, é o da Praça Raposo Tavares, que foi devidamente equipada na época de sua implantação, mas que ao longo do tempo, acabou perdendo seu objetivo maior, ou seja, não é mais freqüentada pela população com a intenção de lazer puramente. Isto se deve às mudanças nos hábitos das pessoas que atualmente tem outras necessidades e opções de lazer como os Shoppings, por exemplo. Desta forma a praça abriu espaço para a prostituição, ficando marcada negativamente pela sociedade. No entanto estas áreas são importantes e é necessário que se busque caminhos para a volta e a valorização destes espaços criados nas cidades. Novamente Silva Filho (2001, apud ANGELIS e ANGELIS NETO, 2001) diz:

Deve-se ter uma visão macro da cidade de tal forma que o espaço livre, a ser planejado ou avaliado, esteja inserido nesse contexto, propiciando a continuidade de um sistema de espaços livres urbanos interligados – parques, praças, hortos, reservas florestais, fundos de vale, arborização de acompanhamento viário e outros. Não se pode analisar um desses fatores sem se considerar a existência dos demais e não cabe aqui se determinar um número, uma vez que os índices são contraditórios e dificultam mais o trabalho que auxiliam.

O fato é que os tempos mudaram e com eles vieram novos hábitos e costumes assumidos pela população nas cidades de um modo geral, deixando a praça de ser um espaço prioritário, de recreação. Este fato, no entanto, não pode sinalizar que as praças, parques e os espaços verdes nas cidades devam ser colocados em segundo plano pelo poder público. Ao contrário, é necessário que se busquem caminhos para a implantação e a manutenção destes espaços, não apenas por serem ecologicamente importantes, e possuírem valores estéticos, mas, sobretudo por serem instrumentos de amenização da amplitude térmica nos centros urbanos. Outro fator que deve ser levado em consideração é o sentido homem/natureza, sendo possível ampliar com as praças, as relações da população com a paisagem. Dessa forma, o presente trabalho vem sinalizar a importância de se criar meios de recuperação da Praça Raposo Tavares, o que dará à população mais



um espaço de contemplação da natureza e de lazer, fazendo jus ao apelido que Maringá vem assumindo ao longo dos anos, de ser uma cidade arborizada.

4. A Praça Raposo Tavares – (Estudo de Caso)

A Praça Raposo Tavares, é uma das mais famosas e movimentadas da cidade de Maringá, embora no que diz respeito à segurança, apresenta-se desestruturada. Segundo pesquisa realizada *in loco*, 75% dos entrevistados acham-na totalmente insegura, perigosa. Os outros 25% responderam que todas as praças são iguais, e que a mesma não é mais insegura que outras. A rotatividade de pessoas na Praça Raposo Tavares é muito grande, até porque a mesma fica praticamente em frente ao terminal rodoviário urbano, pois quem tramita no sentido terminal centro, quase que obrigatoriamente passa pela praça, ou nas laterais.

Podemos dizer que a praça é freqüentada por clientes assíduos. Durante o período de observação *in loco*, pode-se observar que as mesmas pessoas fazem “ponto” diariamente, incluindo-se aí, vendedores ambulantes (de ervas medicinais, de relógios), engraxates, prostitutas, drogados, ciganos, desocupados e aposentados que escolheram a praça em questão, para rever quase que diariamente seus companheiros e conversar.

Na manhã do dia 15.11.2005 (Feriado), havia pouco movimento na praça aproximadamente às 8:00 horas da manhã, e nesse horário observou-se uma grande quantidade de pessoas (jovens, homens e mulheres) totalmente drogados e alcoolizados. E, neste mesmo dia de feriado, constatou-se no horário das 8:30 horas duas viaturas da Polícia Militar fazendo uma blitz. Os policiais apreenderam alguma quantidade de drogas, maconha e crack, e levaram os jovens detidos, mas, no dia seguinte os mesmos jovens já estavam novamente na praça.

A realidade da praça é deprimente, é difícil acreditar que o Poder Público pactue com o estado de abandono em que se encontra a Praça Raposo Tavares. É inadmissível a situação em que a mesma se encontra. Como não poderia ser diferente, no final do ano é comum toda a cidade ficar mais bonita, toda iluminada, até porque o comércio local clama por isso. Na praça acontece o mesmo, pela iniciativa privada, que firma parcerias, e não pela ação do Poder Público. Quem transitar pela Praça Raposo Tavares no mês de Dezembro (2005), poderá observar que a mesma está toda iluminada, limpa, e com seguranças particulares durante todo o dia. Isso se deve ao fato de que o CESUMAR – Centro Universitário de Maringá tomou partido e resolveu, pelo menos nos dias que antecedem o natal, dar uma revigorada na praça. Pintando as calçadas e o palco,



iluminando, enfim, revitalizando a praça. Só que essa parceria terá um curto período, somente no mês de dezembro (2005), depois, a mesma voltará a seu estado de origem, pelo menos até que outra empresa tome partido, ou quem sabe os responsáveis legais, tomem uma atitude adequada.

No aspecto limpeza, há um trabalho diário dos funcionários da SAOP, apesar de que, após entrevista, pode-se constatar o medo que os mesmos sentem ao chegar na praça para trabalhar. Também é notória a insistência de algumas pessoas em alimentar os pombos lá existentes, o que contribui, e muito para a sujeira e o odor horrível que paira no ar.

A conclusão é relativamente simples, a praça e os cidadãos que transitam ou permanecem na praça, necessitam, com urgência, uma fiscalização maior dos órgãos competentes, começando pela Prefeitura Municipal, passando pela Polícia Militar, e terminado com os próprios cidadãos exercendo o Poder de Polícia que lhe são conferidos, ou seja, o poder de fiscalizar e denunciar as irregularidades existentes.

5. Considerações Finais

Os espaços construídos transformam-se constantemente. A paisagem de ontem não é a mesma de hoje, e amanhã, provavelmente será diferente dessas. Em se tratando de cidades, isto ocorre ainda com maior intensidade e velocidade, uma vez que esta é mais dinâmica que a paisagem rural. O fluxo de pessoas e de capital é maior, e isto faz com que as alterações ocorram com tal dinamismo que dentro de um curto espaço de tempo (um ano, por exemplo), esta poderá se tornar irreconhecível. Cada vez que a economia, política e nas relações sociais ocorrem mudanças, esta repercute logo na paisagem que é habitada e transformada pela sociedade em constante evolução.

Com o passar dos anos o tempo vai deixando impregnado nas edificações sejam elas arquitetônicas ou até mesmo naturais, os usos, costumes e modismos de sua época. A cultura local é expressa da mais abrangente forma. Nessas perspectivas, os objetos construídos, constituem a representação e testemunho de uma época. Conforme Santos, “o conjunto de elementos que compõem a paisagem urbana tende a assumir a função de testemunhos de valores, fatos e recordações, representações vivas da condição humana; a cidade e a arquitetura representam a história [...]” (SANTOS, 1982, p. 9).

Hoje, infelizmente, estes espaços estão na sua maioria mal cuidadas refletindo o descaso das autoridades públicas que não os vê com importância. Falta vontade política e intelecto ambiental para gerir com eficiência os espaços públicos verdes brasileiros. Sendo mal geridos e conservados, esses espaços públicos têm se tornado até mesmo um perigo a



céu aberto nas cidades, uma vez que é freqüentada para pontos de prostituição, comércio e consumo dos mais diversos tipos de drogas, um exemplo de espaço público em abandono é a praça Raposo Tavares de Maringá.

Em meio a essas turbulências, a memória do verde, da composição florística e arquitetônica cedeu lugar ao medo, a sujeira e até a escuridão. Necessário se faz que as praças voltem a ter seu objetivo real e que as pessoas de boa conduta voltem a habitá-las, afim de que se torne um ambiente sadio, de descanso e contato com a natureza.

O sentido da praça pública ruiu-se no tempo e no vento, perdeu características, adquiriu solidão, segundo De Angelis, (2005) “o esvaziamento das praças e os rivais anômalos a ela enquanto lugar de encontro e reunião são entre outros os shopping-centers, uma vez que mesmo num ambiente artificial induz e reproduz aspectos da natureza num mundo do capitalismo selvagem, onde o ser humano é capaz de prender sua atenção horas num ambiente economicamente inviável num entretenimento estressante, fruto da vida urbana.”

6. Referências

ANGELIS, B.L.D. de & ANGELIS NETO, G. de. **Da jardinagem ao paisagismo**. Jaboticabal: Um passeio pela história das praças, 2001.

ANGELIS, B.L.D. de & ANGELIS NETO, G. de. **Os elementos de desenho das praças de Maringá-PR**. Acta Scientiarum, v.22(5), p.1445-1454, 2000.

SILVA FILHO. **Silvicultura Urbana – O desenho florestal da cidade**. Instituto de Pesquisa de Estudos Florestais. Piracicaba. SP, Copyright 2003. www.ipef.br/silvicultura/urbana.asp

MENDES E BENADUCE, 1990. In. SILVA, Ienyra Rique. **A Natureza Contraditória do Espaço Geográfico**. São Paulo: Contexto, 1991.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingues et al. **Praças: História, Usos e Funções**. Editora da Universidade de Maringá - Fundamentum (15), 2005.

PUPPI, Ildfonso C. **Estruturação Sanitária das Cidades**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual do Paraná, 1981.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço** técnica e tempo razão e emoção. São Paulo: Hucitec 2ª edição, 1997.

SANTOS, Milton et al. **Território Globalização e Fragmentação**: Hucitec-Anpur, São Paulo, 1996.

BECKER, Bertha e MIRANDA, Mariana. **Tecnologia e Gestão do Território**: Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.

IESB-Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia. **A Simulação do Ambiente Natural no Meio Urbano**, <http://www.iesb.Org.br> 05/09/05.